

ESTADO DE PERNAMBUCO
 PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
 RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR
 ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE NACIONAL
 PERÍODO DE REFERÊNCIA: JANEIRO/2018 A DEZEMBRO/2018

RGF – ANEXO 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS				DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores	Demais Obrigações Fianceiras			
		De Exercícios Anteriores	Do Exercício					
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)	10.590.734,59	0,00	0,00	0,00	10.590.734,59	0,00	0,00	0,00
Recursos de Cauções e Depósitos de Terceiros	10.590.734,59	0,00	0,00	0,00	10.590.734,59	0,00	0,00	0,00
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)	25.109.317,10	0,00	5.850.720,84	0,00	0,00	19.258.596,26	0,00	0,00
101000000 - Recursos Ordinários - Adm. Direta	22.124.642,78	0,00	5.761.006,84	0,00	0,00	16.363.635,94	0,00	0,00
104000000 - Recursos Diretamente Arrecadados	2.660.026,93	0,00	44.461,00	0,00	0,00	2.615.565,93	0,00	0,00
119000000 - Recursos para Projetos de Resp Social e Modernização Administrativa	302.000,00	0,00	45.253,00	0,00	0,00	256.747,00	0,00	0,00
121000000 - Recursos Provenientes da Alienação de Outros Ativos	15.892,39	0,00	-	0,00	0,00	15.892,39	0,00	0,00
154000000 - Recursos do Fundo - FDISMPPE	6.755,00	0,00	-	0,00	0,00	6.755,00	0,00	0,00
TOTAL (III) = (I + II)	35.700.051,69	0,00	5.850.720,84	0,00	10.590.734,59	19.258.596,26	0,00	0,00

FONTE: E-FISCO/PE

Isaias Gomes da Silva Junior
 Gerente Ministerial - Contabilidade
 CRC PE - 18.386

Artur Oscar Gomes de Melo
 Coordenador Ministerial de Finanças e Contabilidade

Rodrigo Gayger Amaro
 Controlador Ministerial Interno

Alexandre Augusto Bezerra
 Secretário Geral do Ministério Público

Francisco Dirceu Barros
 Procurador Geral de Justiça